

REVISTA

Boas Práticas na Ater Pública

4ª Edição

*O desenvolvimento da assistência técnica e
extensão rural é a garantia da implementação
de políticas públicas - PNAE, um bom exemplo*

JULHO DE 2023





ATER PÚBLICA é disseminar boas práticas por todo o Brasil.

MAIS ATER PÚBLICA é garantir o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas.

MAIS ATER PÚBLICA é a busca por segurança alimentar.

MAIS ATER PÚBLICA é garantir a distribuição de alimentos, sobretudo, para comunidades mais carentes.

Mais Ater Pública é mais Brasil.

Expediente

Presidente do Conselho Diretor:

Natalino Avance de Souza

Vice-presidente Nacional de Assistência Técnica, Extensão Rural e Regularização Fundiária:

Luciano Brandão

Vice-presidente Nacional de Pesquisa Agropecuária:

Gilson dos Anjos Silva

Vice-presidentes Regionais

Região Nordeste

- Titular: César José de Oliveira (Diretor-presidente da Emater/RN)
- Suplente: Lanns Alves de Almeida Filho (Superintendente da Bahiater/BA)

Região Norte

- Titular: Washington Campos Ayres (Presidente do Ruraltins/TO)
- Suplente: Daniel Pinto Borges (Diretor-presidente do Idam/AM)

Região Centro-Oeste

- Titular: Renaldo Loffi (Presidente da Empaer/MT)
- Suplente: Cleison Medas Duval (Presidente da Emater/DF)

Região Sudeste

- Titular: Otávio Martins Maia (Diretor-presidente da Emater/MG)
- Suplente: Marcelo Monteiro (Diretor-presidente da Emater/RJ)

Região Sul

- Titular: Mara Helena Saalfeld (Presidente da Emater/RS)
- Suplente: Dirceu Leite (Presidente da Epagri/SC)

Sede:

Endereço: SCLN 116, bloco F, sala 218, Edifício Castanheira, Brasília/DF - CEP: 70.773-500

Telefone: (61) 3963-7873

www.asbraer.org.br

ascom@asbraer.org.br

Facebook: @asbraer

Instagram: @asbraer

YouTube: /Asbraer

Twitter: @Asbraer_oficial

Diretora Executiva: Mariana Matias

Assessora de Comunicação: Juliana Silva

Jornalista: Ana Karoliny Barros

Assessor Parlamentar: Isaac Sassi

Assistente Administrativa: Jaqueline Santos

Estagiários: Fernanda Karen (Comunicação)

Wenner Ferreira (Design)

Textos:

Juliana Silva

Com colaboração das Assessorias de Comunicação da Emater-Rio (João Pedro Ladeira), da Emater-MG (Bruna Toledo) e da Empaer-PB (José Nunes)

Revisão: Ana Karoliny Barros

Projeto gráfico:

Wenner Ferreira

Fotos: cedidas pelas associadas

Publicação digital: Asbraer

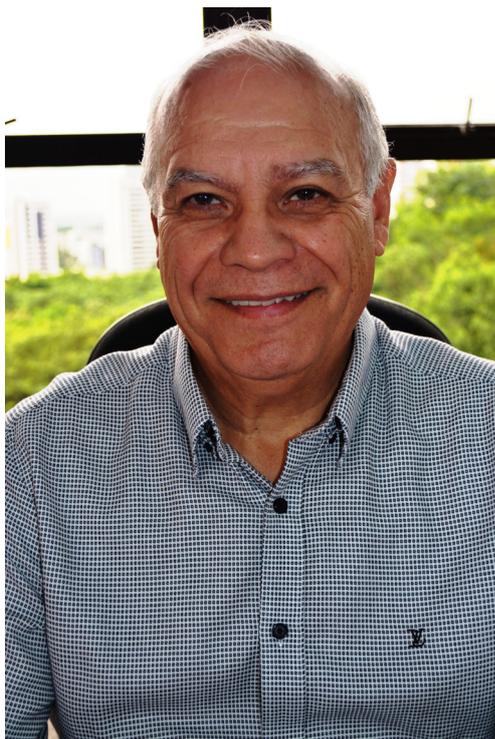
Parceria: Emater-Rio, Emater-MG e Empaer-PB

SUMÁRIO

Editorial: Palavra do presidente da Asbraer, Natalino Avance	4
Programa Nacional de Alimentação Escolar: PNAE e sua história	5
Os efeitos da pandemia da Covid-19 no PNAE - Uma experiência do Rio de Janeiro	7
Emater-MG e Secretaria Estadual de Educação beneficiam escolas e agricultores familiares	11
PNAE se expande na Paraíba e atende 773 famílias	16



Editorial



Natalino Avance- Presidente da Asbraer

O Programa Nacional de Alimentação Escolar brasileiro (PNAE) é um modelo de sucesso pelo mundo. A Asbraer já recebeu diversas solicitações de intercâmbio de informações da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) com o intuito de mostrar a atuação da Ater Pública na implementação dessa política aqui no Brasil, principalmente, por sermos eficientes nesse processo e um serviço fundamental para que o agricultor acesse o programa.

Já fizemos essa troca de informações com a Alemanha e, neste ano de 2023, recebemos a delegação da República do Congo. Na oportunidade, a delegação estudou todas as etapas do PNAE e como a Ater Pública acompanha os processos para ajudar o acesso do agricultor ao programa, bem como o acompanhamento dos produtos para que tenham qualidade nutricional e sejam produzidos com sustentabilidade. Em maio de 2023, a Emater do Distrito Federal recebeu uma delegação composta por 13 países da América Latina e Caribe (Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela) para visitas em propriedades rurais assistidas, associações e/ou cooperativas para conhecimento da experiência local da agricultura familiar conectada às compras públicas, em especial com o PNAE.

Ou seja, de Norte a Sul, em todos os níveis de desenvolvimento, os países vêm até nós para aprender sobre essa política que é tão necessária e importante para a segurança nutricional de nossas crianças, para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar e para a sustentabilidade ambiental do nosso país.

O PNAE é uma política multifacetada, pois, ao mesmo tempo em que garante a segurança alimentar nas escolas, estimula a comercialização da agricultura familiar, fazendo, assim, a economia local girar, ajudando a gerar renda no campo, além de fornecer educação ambiental, como veremos nas matérias desta revista, ensinando crianças sobre o cultivo de hortas e a importância de uma alimentação saudável. Tudo isso somado à premissa de que os alimentos precisam ser provenientes da produção sustentável, respeitando a diversidade regional e contemplando as comunidades tradicionais.

O programa é modelo para o mundo no que tange a qualidade das refeições, pois exige acompanhamento de nutricionista, assim como da assistência técnica e extensão rural para garantir a qualidade dos alimentos desde a produção, além de gerar oportunidade de renda ao agricultor familiar.

A Ater Pública se envolve em todos esses aspectos, garantindo o bom andamento da política. O PNAE é um dos bons exemplos da importância da Ater Pública na implementação de políticas públicas.



Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE



Foto: Divulgação/Empaer-PB

Breve histórico

As primeiras ações governamentais direcionadas à alimentação e nutrição no Brasil ocorreram na década de 1930, quando a fome e a desnutrição foram reconhecidas como problemas graves de saúde pública no país. O governo brasileiro tomou, então, algumas medidas, dentre elas, a criação da Campanha Nacional de Merenda Escolar, contando com a ajuda de doações internacionais de alimentos.

Nessa década, começaram a surgir as primeiras estruturas de um programa de alimentação escolar em nível nacional e de responsabilidade do governo federal. No entanto, a cobertura do programa ainda era pouco efetiva e a regularidade do fornecimento da alimentação era baixa. Neste primeiro momento, não havia preocupação com a adequação cultural ou com a aceitabilidade dos alimentos oferecidos.

Em 1976, ocorreu a integração da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) ao II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN), quando seu objetivo passou a ser o de pro-

porcionar suplementação alimentar aos pré-escolares e escolares do ensino fundamental (primeiro grau, à época), matriculados nos estabelecimentos de ensino público, por meio do fornecimento de uma refeição de valor nutricional equivalente a 15% das recomendações nutricionais diárias durante o ano letivo.

Em 1979, o programa passou a, efetivamente, ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em 1988, a Constituição brasileira, no inciso VII do artigo 208, passou a assegurar o direito universaliza-

do à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, a ser garantido pelos governos federal, estaduais e municipais.

O PNAE vem sendo aprimorado ao longo dos anos e visa contribuir com o desenvolvimento, o aprendizado, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.



A partir de 2003, houve mudanças significativas no PNAE. Foi neste ano que, pela primeira vez, verificou-se a inserção de um nutricionista na coordenação geral do programa dentro da sua esfera de gestão federal, ou seja, junto ao FNDE.

No ano de 2006, foi realizada, pela Coordenação Geral do PNAE/FNDE, a Pesquisa Nacional de Cardápios executados pelos esta-

Diante do perfil nutricional dos estudantes no Brasil, com número crescente de sobrepeso e obesidade, o PNAE passou a ter um papel estratégico na promoção da alimentação saudável, tendo em vista a obrigatoriedade da oferta de frutas e hortaliças, a proibição de bebidas de baixo valor nutricional, como refrigerantes e sucos em pó, e a restrição de alimentos com alta quantidade de gordura, sal e açúcar. Para tanto, foram eleitos alguns princípios norteadores da execução do programa junto aos estados e municípios, tais como: equidade; participação social; universalidade; sustentabilidade/continuidade; compartilhamento de responsabilidades; direito humano à alimentação adequada; e respeito aos hábitos e tradições regionais.

A grande conquista para o PNAE veio com a publicação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que universalizou o PNAE para toda a educação básica, ou seja, da educação infantil ao ensino médio, além dos jovens e adultos. Além disso, definiu a educação alimentar e nutricional como eixo



prioritário para o alcance dos objetivos do programa, buscou fortalecer a participação da comunidade no controle social das ações desenvolvidas pelos estados, Distrito Federal e municípios, forma-



lizou a garantia da alimentação aos alunos – mesmo quando houver suspensão do repasse dos recursos por eventuais irregularidades constatadas na execução do PNAE.

A partir daí, o programa passou a prever, ainda, o apoio ao desenvolvimento sustentável com incentivos para aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos localmente, respeitando a sazonalidade, a cultura e a tradição alimentar. Para isso, foi definida a obrigatoriedade da aquisição de, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados pelo PNAE em gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades indígenas e as comunidades quilombolas. Alimentos orgânicos e/ou agroecológicos também passaram a ser priorizados, sempre que possível, nos

cardápios da alimentação escolar.

Neste momento, o serviço de assistência técnica e extensão rural passa a ser primordial para o bom andamento do programa, já que a Ater é o mecanismo utilizado para gerar o acesso do agricultor familiar às políticas públicas.¹

1 BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em abr. 2023.

Os efeitos da pandemia da Covid-19 no PNAE

Uma experiência do Rio de Janeiro

Desde o lançamento da Lei nº 11.947, em 2009, a Emater-Rio atua como entidade articuladora entre agricultores e suas organizações, além de entidade executora desta política. Em março de 2020, a pandemia da Covid-19 alterou por completo a dinâmica da oferta das refeições escolares com a suspensão das aulas presenciais. Por isso, a Emater-Rio emitiu uma orientação sobre a necessidade de aquisição dos produtos da agricultura familiar durante a pandemia.

Direcionado aos prefeitos de todos os municípios do Rio de Janeiro, o ofício/003, de 10 de junho de 2020, tem como base a Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimenta-

ção Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

Para tornar isso efetivo, os técnicos da Emater-Rio atuaram junto às prefeituras, às Secretarias Municipais de Educação, de Agricultura, ao Conselho Alimentar Educacional e a outras entidades envolvidas para informar sobre a responsabilidade de manter a alimentação escolar no padrão recomendado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – ou seja, uma alimentação adequada e saudável, contendo frutas, verduras e legumes.

Desta forma, a Emater-Rio contribuiu com a montagem da metodologia para operar o programa na pandemia, tendo como foco a distribuição de cestas, contendo produtos da agricultura familiar.



As atribuições da Emater-Rio incluíram:

- Orientar as chamadas públicas/suporte quanto à documentação exigida;
- Emissão dos CAFs físicos e jurídicos;
- Elaboração de projetos de venda de agricultores e agricultoras;
- Passos para a formalização dos projetos;
- Discussão da metodologia de preços com os agricultores;
- Adequação entre demanda e oferta, e planejamento da produção, associado aos períodos de safra e aos cardápios;
- Cronogramas;
- Informação sobre a oferta da produção local;
- Auxílio no diálogo entre a oferta da produção, os nutricionistas e os cardápios das escolas;
- Suporte na organização e formalização dos agricultores e suas organizações;
- Capacitações de gestores municipais em 57 municípios;
- Acompanhamento e apoio técnico aos municípios atendidos pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição (CECANE), unidades de apoio e referência para ações de interesse e necessidade do PNAE;
- Audiências públicas.

Comercialização

A pandemia impactou, de forma contundente, o fluxo de comercialização dos agricultores familiares, represando sua produção. Foi exigido da Emater-Rio um esforço a mais no estabelecimento de conexões na relação entre quem produz alimentos e quem os consome.

A instituição atuou compondo a equipe técnica da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), desde o suporte aos agricultores na etapa da documentação necessária ao acesso à chamada pública, passando para a análise documental na fase de habilitação, entrega dos projetos de venda da SEEDUC até a abertura dos projetos de venda e verificação dos documentos comprobatórios. A Gerência de Projetos Sociais e Mercado Institucional da Emater-Rio atuou em todas as etapas.

Em entrevista, a nutricionista coordenadora de Segurança Alimentar da SEEDUC, Livia Ribera, contou a importância desse relacionamento: “O trabalho conjunto com a Emater-Rio demonstra o empenho de ambas em fortalecer cada vez mais a agricultura familiar, levando assistência técnica de qualidade aos assistidos e aumentando a possibilidade de ofertarmos alimentos saudáveis aos nossos alunos” Para a Secretaria de Educação, foi de extrema importância a participação da Emater-Rio como parceira em todas as etapas da chamada pública para aquisição de gêneros da agricultura familiar pelo estado do Rio de Janeiro.

A assistente social da Emater-Rio, Cristianne Mendonça, lembrou o agravamento da fome durante

o período pandêmico e salientou a importância do programa aos estudantes. “Com o crescimento da fome durante a pandemia, o alimento ofertado nas escolas aos estudantes como direito, mais do que nunca, foi imprescindível. A recente pesquisa do Vigisan revelou que, atualmente, 33 milhões de brasileiros passam fome, sendo que 2,7 milhões estão no estado do Rio de Janeiro”, afirmou.

Segundo o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, no estado do Rio de Janeiro, a fome quadruplicou durante a pandemia, passando de 4,2% em 2018, para 15,9% durante a crise sanitária.



Esta chamada pública do PNAE, lançada em 12 de abril de 2021, contemplou a aquisição de 22 produtos (grãos, tubérculos, ovos e frutas) com apresentação de 12 projetos de venda por agricultoras, agricultores e organizações formais (cooperativas) no valor de R\$ 530.000,00, contemplando produtos também de queijarias locais.

*Palavra do presidente da
Emater-Rio, Marcelo Costa*



Foto: Divulgação/Emater-Rio

“Uma das maiores satisfações que tenho à frente da Emater-Rio é, justamente, essa união junto ao PNAE fortalecendo a agricultura familiar. Conciliar o apoio aos agricultores familiares a quem precisa de assistência técnica de qualidade é uma grande satisfação da nossa instituição, principalmente em um período tão complicado como o da pandemia.”



Emater-MG e Secretaria Estadual de Educação beneficiam escolas e agricultores

Mais de 3 mil escolas estaduais e 15 mil agricultores foram beneficiados em 2022. Esse é o balanço da parceria entre a Emater-MG e a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE). A iniciativa tem como objetivo ampliar a oferta e melhorar a qualidade dos alimentos da agricultura familiar, comercializados nas escolas. Pelo contrato, a Emater-MG orienta e capacita os agricultores familiares para participarem do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e presta assistência técnica para a implantação de hortas escolares.



Operacionalização

A empresa elabora diagnósticos por município, contendo os produtos ofertados de interesse da alimentação escolar, os quantitativos e a época de produção. O levantamento é enviado às escolas estaduais e às Superintendências Regionais de Ensino (SREs). A Emater-MG também realiza seminários virtuais e reuniões presenciais, envolvendo as superintendências e os agricultores.

“É importante ressaltar que a aquisição de gêneros alimentícios

provenientes da agricultura familiar traz benefícios nutricionais para a população escolar da rede estadual, que terá acesso a alimentos frescos e saudáveis, produzidos nos municípios. Destacam-se também os benefícios sociais da aplicação de recursos financeiros oriundos de políticas públicas federais e estaduais no desenvolvimento do setor agropecuário, fortalecendo a economia local”, afirma a coordenadora técnica estadual da Emater-MG, Ana Luiza Resende.

Destaque

A unidade regional de Governador Valadares, no Leste de Minas Gerais, superou as metas referentes ao contrato entre a Emater-MG e a Secretaria de Estado de Educação (SEE), em 2022. A regional presta atendimento a 29 municípios. Todos foram beneficiados com o contrato com a SEE. “Foi um trabalho colaborativo de todos os profissionais da regional e uma conquista dos agricultores familiares da região. Esse resultado beneficia diretamente os municípios que, agora, contam com agricultores orientados pelos extensionistas da Emater para a produção local de alimentos, que chegam aos alunos das escolas públicas da região”, disse o gerente regional da Emater-MG em Governador Valadares, Ademar Pires.

No município de Capitão Andrade, a presidente da Associação

de Agricultores Familiares do Córrego do Macuco, Maria Elza Marculino, reforça a importância da Emater-MG na realização do PNAE. Ela destaca a atuação dos extensionistas desde a produção dos alimentos até a entrega nas escolas. Também lembra da importância do projeto para a economia local de Capitão Andrade. “É bom para nós e para o município, pois o dinheiro gira dentro da própria região”, finalizou Maria Elza.

Já no município de Jampruca, também atendido pela regional, o projeto Hortas e Pomares beneficia 39 alunos, com idades entre 5 e 15 anos, da Escola Estadual de Ensino Fundamental, no Assentamento Ulisses de Oliveira. Em 2022, uma área de aproximadamente um hectare foi preparada para a implantação da horta e do pomar. O plantio das hortaliças, tais

como alface, abobrinha italiana, beterraba e cenoura, ocorreu até o final de fevereiro de 2023, com início da colheita previsto para abril do mesmo ano. O plantio das árvores frutíferas, como laranja, tangerina e limão, aconteceu em outubro de 2022. Após um ano, os primeiros frutos serão colhidos. Para que tudo dê certo, os alunos e professores terão todas as orientações técnicas dos extensionistas do escritório local da Emater.

Para o diretor da escola, Armando Luiz Neves Lima, o projeto tem grande importância, pois propor-

cionará uma alimentação saudável para os alunos e, ao mesmo tempo, servirá como espaço de aprendizado para os moradores da região que, inclusive, ajudaram no cercamento da horta. “A adesão dos alunos foi de 100%. Todos amaram, todos adoraram e estão muito empolgados com o projeto Hortas e Pomares”, contou o diretor.

É importante salientar que tais ações, além de contribuírem para a alimentação saudável nas escolas e para a educação ambiental, colaboram para o desenvolvimento da economia local.



moradores da região que, inclusive, ajudaram no cercamento da horta. “A adesão dos alunos foi de 100%. Todos amaram, todos adoraram e estão muito empolgados com o projeto Hortas e Pomares”, contou o diretor.

É importante salientar que tais ações, além de contribuírem para a alimentação saudável nas escolas e para a educação ambiental, colaboram para o desenvolvimento da economia local.

Projeto Horta na Escola



Na unidade regional de São João del-Rei, no Campo das Vertentes, o município de Resende Costa também foi beneficiado com a parceria entre a Emater-MG e a SEE. Em outubro de 2022, foi implantado, na Escola Estadual Assis Resende, o projeto Horta na Escola. Por meio da iniciativa, os estudantes começaram a produzir hortaliças, que serão consumidas por eles, além de professores e funcionários da escola. O escritório local da Emater-MG orientou professores e alunos no processo e, agora, continua prestando toda assistência para

a produção dos alimentos. Segundo a extensionista da Emater-MG, Marina Moreira, além das orientações técnicas, uma parte importante do trabalho envolve a educação nutricional. “Nessa parte, inicialmente, dei uma aula aos professores sobre alimentos ultraprocessados e eles trabalharam o tema com os alunos em sala de aula”, disse.

A vice-diretora Karla Maria Lima Almeida ressaltou a importância do trabalho da Emater-MG para a formação dos alunos: “É uma vivência que educa e desperta a vontade

de cuidar da terra e se alimentar com qualidade. Trabalhamos diretamente com 80 alunos, que vão levar a semente do cuidado com a terra e alimentação saudável”.

Segundo o secretário municipal de Meio Ambiente, Alexssander Pinto Lourdes, “as pessoas procuram bastante pelo atendimento da Emater. A demanda é bem grande. O trabalho da empresa é muito importante e com o aumento deste convênio, alcançamos ainda mais produtores e ampliamos as relações com a comunidade”.

Palavra do presidente da Emater-MG, Otávio Maia



Foto: Alexandre Soares

“O trabalho conjunto com a Secretaria Estadual de Educação demonstra o empenho da Emater-MG em fortalecer cada vez mais a nossa agricultura familiar, levando assistência técnica de qualidade aos nossos assistidos e a oportunidade de comercializarem seus produtos por meio do PNAE, gerando renda e oferecendo alimentos saudáveis às nossas escolas.”

PNAE se expande na Paraíba e atende 773 famílias

Com abrangência em todo o estado da Paraíba, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se constitui em um programa gerador de renda para os produtores rurais de base familiar.

Durante o ano de 2022, foram atendidas 773 famílias em diversas regiões do estado, com valor total de propostas contratadas de R\$ 10.767.524,77, sendo comercializados produtos da agricultura familiar que totalizam recursos da ordem de R\$ 2.701.170,92.

Com acompanhamento sistemático aos produtores rurais pelos extensionistas da Empaer-PB nas suas 15 regionais administrativas,

a região que mais se destaca é Sousa, com 225 famílias agricultoras atendidas, seguindo de Pombal, com 104, e Princesa Isabel, com 95.

A extensionista social Maria Melo destaca o PNAE como um programa que apoia o agricultor familiar que recebe assistência técnica continuada em todas as etapas, e são contemplados em três modalidades. Além disso, o programa proporciona comercialização local dos produtos da agricultura familiar, fazendo girar a economia local, melhorando, assim, a situação social e financeira das famílias, além de contribuir para evitar o êxodo rural.



Foto: Divulgação/Empaer-PB

O produtor rural Luzimar Carolino de Sousa, presidente da Associação Comunitária Unidos Somos Mais Fortes – que reúne associados de onze entidades do Sertão –, do município de Nazarezinho, disse que o PNAE chegou à comunidade por meio da Empaer, através da elaboração das propostas que são encaminhadas às prefeituras. “O PNAE transformou a vida das famílias. [Elas conseguiram] adquirir meios de transporte e novos equipamentos para utilizar na sua produção agrícola”, afirmou.

Outro município que tem bom desempenho é Princesa Isabel, localizado no Sertão da Paraíba. São 15 agricultores trabalhando na produção de frutas, verduras, leguminosas e produtos animais que são comercializados para as escolas municipais e estaduais. Os produtores rurais têm acompanhamento técnico continuado desde o mapeamento, o plantio até a comercialização dos produtos. “O PNAE veio para fortalecer, ainda mais, a nossa agricultura familiar”, comentou a extensionista Ana Paula de Medeiros.

O agricultor familiar Veronaldo Medeiros de Magalhães, da comunidade Caldeirão do Maia, em Princesa Isabel, comercializa sua produção pelo PNAE desde quando o programa foi implantado no município. Por considerar importante tanto para a comunidade educacional como para o agricultor, Veronaldo estimula outros produtores rurais a se interessarem em produzir para o PNAE.



Foto: Divulgação/Empaer-PB

Palavra do presidente da Empaer-PB, Aristeu Chaves

“Os técnicos da Empaer-PB, como responsáveis pela inspeção sanitária dos alimentos e seguindo toda a legislação, têm o cuidado de manter os produtores rurais bem informados quanto à boa qualidade dos produtos entregues às escolas.”



Associação Brasileira das Entidades de Assistência
Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e
Regularização Fundiária